

Ex-deputado federal pelo estado de Pernambuco e ex-ministro das Relações Institucionais, José Múcio é formado em engenharia civil pela Escola Politécnica de Pernambuco. Iniciou sua vida política em 1980. Em 2007, como líder do governo Lula na Câmara dos Deputados, recebeu e aceitou convite do presidente para assumir o cargo de ministro das Relações Institucionais. Em 2009, foi indicado para compor o TCU, o que o levou a deixar o ministério e renunciar ao cargo de deputado federal.

## TCU entrega Grande-Colar de 2009

A edição de 2009 do Grande-Colar do Mérito do TCU foi realizada em 4 de novembro. Foram agraciados o ministro emérito do TCU Marcos Vilaça, o vice-presidente da República José Alencar, a atriz Bibi Ferreira, o jornalista Ari Cunha, o ex-governador de São Paulo Claudio Lembo e a Fundação Gilberto Freyre.

A condecoração é concedida anualmente a cidadãos, nacionais ou estrangeiros, que, por seus méritos excepcionais e relevante contribuição ao País, ou ao controle externo tenham se tornado merecedores de distinção especial. A escolha dos agraciados é feita anualmente, em sessão extraordinária, pelo Conselho do Grande-Colar, composto pelo presidente do Tribunal, pelo vice-presidente e pelos ministros titulares do TCU.

O presidente do TCU ministro Ubiratan Aguiar saudou os condecorados: “As trajetórias aqui retratadas de benignidade, de perseverança e, acima de tudo, de luta mostram que o sucesso é decorrência natural da atuação retilínea e nos trazem o alento de que, se forem replicadas por todos os que carecem de melhores condições de vida e se forem acompanhadas de ações governamentais eficazes e eficientes, conduzirão nosso país a galgar novos degraus na

escada que nos leva a um nível de desenvolvimento econômico, político e social digno”.

O vice-presidente da República, José Alencar, discursou em nome dos homenageados e destacou a importância do TCU para a sociedade. De acordo com o vice-presidente, a independência e a autonomia permanecem como marca histórica do TCU, que age como um verdadeiro guardião da moralidade pública. “O sentimento de nossa gratidão se associa ao orgulho de sermos premiados por esta instituição, que dignifica o nosso país e ajuda os agentes públicos a bem cumprir o seu trabalho e a aprimorar a gestão dos recursos”, disse Alencar.

A experiência de vida de cada um dos homenageados foi lembrada pelo ministro Walton Alencar Rodrigues. O ministro lembrou que a condecoração foi criada em 2003, pelo então presidente do TCU, ministro Valmir Campelo, justamente com o propósito de louvar méritos e rememorar histórias de personalidades importantes para o país. “O Colar do Mérito do TCU enquadra-se exatamente nesse contexto de homenagem que fazemos aos que distinguimos e admiramos. E aos distinguidos e admirados Agraciados, o nosso eterno respeito pela espessura de seus méritos e exemplos”.

## TCU completa 119 anos

O Tribunal de Contas da União (TCU) completou, em 7 de novembro, 119 anos de história. Ao longo de todo este tempo, as competências do Tribunal, criado em 1890 para realizar “o exame, revisão e julgamento dos atos concernentes à receita e despesa da República”, cresceram. E junto com elas cresceu também o papel do TCU na sociedade brasileira.

A cada ano o órgão se mostra mais presente na vida do cidadão. E é justamente para fazer diferença na vida dos brasileiros que o Tribunal tem buscado melhorar sua atuação. Seja ao renovar e capacitar seu quadro técnico, hoje composto por mais de 2.600 servidores concursados, ou ao buscar o aperfeiçoamento de seu trabalho. Exemplos disso são a implantação do processo eletrônico, que já está em curso e o estabelecimento de metas para todas as unidades do Tribunal.

Historicamente, os resultados do TCU são positivos. Só em 2008 as ações de fiscalização proporcionaram a economia de mais de R\$ 31 bilhões para a sociedade. Além disso, existem os benefícios não quantificáveis, como, por exemplo, melhorias em ações e programas de governo resultantes de decisões do Tribunal.

O TCU também tem contribuído para a melhoria da administração pública. Para isso, tem buscado agir preventivamente, orientando e capacitando gestores públicos. Com o objetivo de otimizar as ações de controle, também foi criada este ano a Rede de Controle da Gestão Pública – uma iniciativa que reúne os principais órgãos de controle do país na luta contra fraudes, corrupção e desvios de recursos.

Mas como qualquer outro órgão de fiscalização em um país democrático, o TCU nunca foi unanimidade. Críticas e polêmicas existem desde sua criação. Mas mesmo naquela época, não foram tidas como desestímulo; apenas como incentivo para o fortalecimento da instituição.

E bem maior que as críticas, é o reconhecimento. Prova disso são as palavras do vice-presidente da República, José Alencar, na cerimônia de entrega do Grande Colar do Mérito do TCU:

“Permito-me iniciar minha fala lendo carta datada de 27 de abril de 1893, do Ministro da Fazenda de então, Innocêncio Serzedello Corrêa, em defesa do Tribunal de Contas da União, condenando decretos presidenciais, e dirigida a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Marechal Floriano Peixoto.

Esses decretos anulam o Tribunal, o reduzem a simples Ministério da Fazenda, tiram-lhe toda a independência e autonomia, deturpam os fins da instituição, e permitirão ao Governo a prática de todos os abusos e vós o sabeis – é preciso antes de tudo legislar para o futuro. Se a função do Tribunal no espírito da Constituição é apenas a de liquidar as contas e verificar a sua legalidade depois de feitas, o que eu contesto, eu vos declaro que esse Tribunal é mais um meio de aumentar o funcionalismo, de avolumar a despesa, sem vantagens para a moralidade da administração.

Se, porém, ele é um Tribunal de exação como já o queria Alves Branco e como têm a Itália e a França, precisamos resignarmo-nos a não gastar senão o que for autorizado em lei e gastar sempre bem,

pois para os casos urgentes a lei estabelece o recurso. Os governos nobilitam-se, Marechal, obedecendo a essa soberania suprema da lei e só dentro dela mantêm-se e são verdadeiramente independentes.

Pelo que venho de expor, não posso, pois Marechal, concordar e menos referendar os decretos a que acima me refiro e por isso rogo vos dignéis de conceder-me a exoneração do cargo de Ministro da Fazenda, indicando-me sucessor.

Tenente-Coronel Innocêncio Serzedello  
Corrêa

Não encontrei nenhuma outra forma para falar sobre o Tribunal de Contas da União que pudesse se equiparar a esta. Ela está contida nessa carta do Ministro da Fazenda Serzedello Correa ao Presidente da República Floriano Peixoto, quando este quis baixar decreto retirando do Tribunal de Contas competência para impugnar despesas consideradas ilegais.

[...]

O Tribunal de Contas da União foi criado em 7 de novembro de 1890, por iniciativa de Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. E desde o Decreto que o

criou, foi norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia. Verdadeiro guardião da moralidade pública.

[...]

Sua instalação, entretanto, só ocorreu em 17 de janeiro de 1893. Desde a sua origem, o Tribunal teve competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União.

A Constituição de 1988 ampliou substancialmente sua jurisdição e competência, dando-lhe poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta.

[...]

O esforço pessoal, o devotamento à causa da Justiça, o incontestável conhecimento técnico, a reconhecida integridade com que se conduzem os eméritos membros do Tribunal de Contas da União dignificam seu trabalho, que, por isso, tem conquistado, com sobra de méritos, o respeito e a credibilidade fundamentais ao fortalecimento da instituição e essenciais à vida democrática.”

## TCU constata deficiências em projetos do MEC para a formação de professores da rede pública

O Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou falhas em projetos do Ministério da Educação (MEC) para a formação de professores da rede pública. Os maiores problemas estão nos projetos Pró-letramento, que oferece suporte pedagógico nas áreas de português e matemática para professores do ensino fundamental e Universidade Aberta do Brasil (UAB), sistema de ensino superior a distância.

A fiscalização aponta que o objetivo do Pró-letramento de atender os municípios com pior desempenho no Sistema de Avaliação da Educação

Básica (Saeb) não foi alcançado satisfatoriamente. A maioria dos municípios contemplados pelo projeto, 52%, está fora da lista de piores resultados no Saeb. A situação se repete desde 2005. Entre os quatro estados atendidos prioritariamente pelo MEC, dois tiveram adesão satisfatória pelos municípios (Ceará e Rio Grande do Norte), um regular (Maranhão) e um insatisfatória (Bahia, com 42% de adesão).

Já o sistema Universidade Aberta do Brasil, além de deficiências na infraestrutura dos polos presenciais quanto ao acesso a internet, laboratório